

O Estado na integração de territórios vazios à Nação brasileira (1943-1968): atuação da Fundação Brasil Central na região do Médio Araguaia

Dulce Portilho Maciel*

Resumo: Durante a Segunda Guerra Mundial, esteve em voga a tese de que as áreas vazias e/ou mal-aproveitadas do planeta deveriam ser ocupadas por nações que anteriormente tivessem demonstrado eficácia na gestão de territórios, no sentido de obter deles a produção de riquezas. Na época, o governo brasileiro adotou medidas com vistas ao povoamento e à ocupação econômica de áreas então pouco povoadas, algumas ainda desconhecidas, nos estados de Goiás, Mato Grosso e Pará. A Fundação Brasil Central (FBC) foi criada para levar a efeito ações com esse objetivo. O trabalho trata de sua atuação (1943-1968), principalmente na região do Médio Araguaia, onde implantou um modelo de colonização a partir de núcleos urbanos, chamados “núcleos de civilização”, que veio a resultar em conflitos agrários, envolvendo grupos indígenas, agricultores pobres e proprietários de terras absenteístas.

Palavras-chave: Estado; Integração; Médio-Araguaia.

Abstract: During the Second World War, the thesis in vogue was that unoccupied and/or underused areas of the planet should be occupied by nations which had previously demonstrated efficacy in the management of territories, with the purpose of attaining from them the production of richness. At the time, the Brazilian government adopted measures aimed at populating and economically occupying under-populated areas, some of which were still unknown, in the states of Goiás, Mato Grosso e Pará. The Fundação Brasil Central (FBC) was created in order for actions bearing such objective to be put into effect.. This work concerns its role (1943-1968), especially in the mid-Araguaia region, where a colonization model called “nuclei of civilization” was implemented from urban nuclei, which resulted in agrarian conflicts involving Indian groups, poor agriculturists and absenteeist land owners.

Key-words: The State; Integration; Mid-Araguaia.

Introdução: A questão demográfica mundial e a integridade territorial do Brasil

Durante a Segunda Guerra Mundial, achou-se em voga, entre as nações beligerantes mais poderosas, a tese denominada de “espaço vital”, ou seja: que as áreas vazias ou mal-aproveitadas do planeta deveriam - em benefício da humanidade - ser ocupadas por nações que, historicamente, tivessem demonstrado eficiência na gestão de territórios, no sentido de obter deles a produção de riquezas. (REIS, 1968:135; VARJÃO, 1989:53-54)

* Universidade Estadual de Goiás - UEG. Doutora em História.

No pós-guerra, aquela tese tomou uma nova versão, segundo a qual, o conflito decorrera da distribuição desequilibrada da população mundial. O avanço de alguns países, densamente povoados, sobre territórios nacionais alheios, ocorrera com vistas à ampliação do espaço vital para suas populações. Conforme esta tese, as áreas vazias¹ ou semipovoadas do planeta deveriam ser transformadas em territórios administrados por algum organismo internacional, a fim de que viessem a abrigar excedentes de população, de diferentes regiões do planeta. (REIS, *op.cit.*:224-242)

Vastas áreas então pouco povoadas do território brasileiro, notadamente as regiões centro-oeste e amazônica, em razão de suas características favoráveis à habitabilidade e/ou à exploração de riquezas naturais, pareciam adequadas às finalidades de ambas aquelas teses. A opinião pública brasileira, representada pelos segmentos letrados de sua população, alarmava-se diante da repercussão que tais idéias vinham alcançando. (PETITJEAN *et* DOMINGUES, 2000:282-286) Esse estado de espírito favoreceu, por certo, a aceitação e/ou o apoio que o regime ditatorial do Estado Novo, instaurado no país em 1937, veio a obter de boa parte daqueles segmentos.

A justificação do regime perante a opinião pública nacional apoiava-se, sobretudo, na questão da garantia da integridade territorial do país; tanto assim, que a principal bandeira do discurso desse teor foi a chamada Marcha para o Oeste. Veja-se como o presidente Getúlio Vargas enunciou, em dada ocasião, o lema da Marcha: “eliminar os espaços potencialmente ricos e desocupados que despertam apetites perigosos num mundo de crescentes pressões demográficas.” (*Apud* VARJÃO, *op.cit.*:54)

Findada a guerra e extinto, no Brasil, aquele regime, a idéia da necessidade de incorporação dos aludidos territórios à comunidade nacional ganharia novo fôlego, diante da ameaça que se via, advinda de duas partes: por um lado, das incursões imperialistas dos Estados Unidos em territórios de nações soberanas do continente americano; por outro, do avanço do então chamado “perigo vermelho”, representado pela propagação mundial dos regimes ditos comunistas. Os fatos narrados neste trabalho,² resumidamente, guardam relação

¹ Na época (como ainda hoje), incluíam-se as áreas habitadas por povos silvícolas nessa categoria.

² Este trabalho baseia-se em fontes documentais primárias: de uma parte, documentos originais produzidos pela Fundação Brasil Central (FBC), atualmente sob a guarda do Arquivo Nacional – Coordenação Regional do Distrito Federal; de outra, matérias publicadas na imprensa periódica nacional, algumas delas, também guardadas naquele Arquivo.

com os aspectos ideológicos da cultura política brasileira no período enfocado, associando-se estes, por sua vez, ao contexto internacional da “guerra fria”.

1. Atuação da FBC na retaguarda da Expedição Roncador-Xingu

O ingresso do Brasil na guerra, em 1942, exigiu do governo federal a adoção de medidas no sentido de dotar o país de condições que lhe permitissem fazer face àquela circunstância. Uma de tais medidas foi a criação de um órgão com *status* de ministério, a Coordenação da Mobilização Econômica. Na ocasião, foi nomeado para esta pasta, como ministro extraordinário, o veterano integrante do movimento tenentista e ex-interventor federal no estado de São Paulo, João Alberto Lins e Barros.

Foi por ato deste Ministro que se instituiu, em junho de 1943, a Expedição Roncador-Xingu, com a finalidade de abrir uma rota de comunicações (terrestre, aérea e de rádio-telégrafo), pelo interior do Brasil, entre as cidades do Rio de Janeiro e Manaus. A iniciativa tinha em vista contornar a situação existente, na época, em que os transportes entre a então Capital do país e vastas regiões do seu território interior, só eram possíveis por via marítimo-fluvial. O motivo da medida foi a situação de vulnerabilidade em que se achavam as áreas costeiras do país, sob constante ameaça de ataques por forças de guerra inimigas.

Em outubro daquele ano, foi criada a Fundação Brasil Central, instituição diretamente vinculada à presidência da República, tendo como objeto, segundo seus estatutos, “o desbravamento e a colonização das regiões do Brasil Central e Ocidental, notadamente as dos altos rios Araguaia e Xingu”. Sua mais urgente tarefa seria, entretanto, a de absorver a Expedição Roncador-Xingu, aí compreendidos tanto sua missão, quanto o seu arsenal de recursos materiais e o pessoal recrutado para nela atuar – engenheiros, agrimensores, médicos, sertanistas (atuais indigenistas), pilotos de avião, trabalhadores braçais, caçadores, cozinheiros, etc. Assumiu a presidência da FBC, naquela ocasião, o ministro João Alberto.

Desde então, esteve instituída no interior da FBC, embora informalmente, a seguinte divisão de tarefas: a missão desbravadora, ou de vanguarda, ficaria a cargo das equipes da Expedição; as atividades de implantação de infra-estruturas – rodovias, aeroportos, indústrias, cidades, etc -, ou de retaguarda, seriam executadas pela FBC, melhor dizendo, pelos seus quadros estacionários de pessoal. A sede da FBC foi instalada na cidade do Rio de Janeiro, a partir de onde se administravam as complexas e/ou arriscadas atividades a cargo da instituição, a serem executadas em zonas do interior do Brasil, algumas delas, ainda

desconhecidas do homem branco. João Alberto (um ex-militar) presidiu a FBC até 1947. Desde então, pelo restante da história da instituição (até 1968), na maior parte do tempo, esta foi presidida por militares. Em 1960, sua sede transferiu-se para Brasília.

As equipes da Expedição iniciaram suas atividades no local onde hoje se acha a cidade de Aragarças (Goiás), seguiram uma linha ligeiramente inclinada para noroeste, ultrapassaram a serra do Roncador e atingiram os principais formadores da bacia do rio Xingu em 1944. Em 1947, havendo alcançado este rio, estabeleceram ali um “posto avançado” (Posto Jacaré), constituído de um campo de pouso para aviões e um pequeno conjunto de edificações rústicas. Em março de 1948, o Conselho Diretor da FBC deu por finalizada a missão da Expedição Roncador-Xingu.

Depois disto, os trabalhos de “desbravamento” entre os rios Xingu e Tapajós, último trecho da rota projetada, foram lentos, desenvolvendo-se ao longo da década de 1950 e primeiros anos de 1960. No rio Tapajós, a rota terminava onde se ergue hoje a cidade de Jacareacanga (Pará). Partindo-se dali, alcança-se Manaus por via fluvial. Ao longo da rota Aragarças-Jacareacanga, mais de uma dezena de postos avançados foram instalados, sendo que suas infra-estruturas vieram a dar origem a diversos centros urbanos da atualidade, nos estados de Mato Grosso e Pará.

Na marcha das equipes de vanguarda, numerosos grupos indígenas foram encontrados,³ alguns mais arredios, outros menos. (VILLAS BOAS, 1994: *passim*) Diversos indivíduos, então denominados sertanistas, ocuparam-se da tarefa de “pacificação” desses grupos. Contudo, foi uma equipe, inicialmente leiga no assunto, formada pelos irmãos Villas Boas (Cláudio, Orlando e Leonardo), que iria obter sucesso nesse mister. Estes irmãos, funcionários da FBC, de início, depois transferidos para o Serviço de Proteção aos Índios (SPI), além de dedicar o restante de suas vidas à causa da população silvícola, lideraram, com o auxílio de outros brasileiros, ilustres e anônimos, a luta que resultaria na constituição de diversos parques e reservas indígenas, em territórios sob a atuação da FBC. Entre estes, os de maior extensão são os parques indígenas do Xingu e da Ilha do Bananal.

Na retaguarda da Expedição, a atuação da FBC iniciava-se em Uberlândia (Minas Gerais), ponto final da estrada de ferro Mogiana, razão pela qual a cidade era chamada de “boca do sertão”. Foi aí o ponto inicial de uma rodovia que a FBC construiu, até a margem direita do rio Araguaia, onde o rio Garças deságua naquele. Esta rodovia, a primeira digna deste nome em Goiás, possui mais de 800 quilômetros de extensão. Ao longo desta linha, a

³ Xavante, Calapalo, Cuicuro, Nauquá, Camaiorá, Iaulapiti, Meinaco, Uaurá, Trumai, Aueti, Juruna, Suiá, Txucarramãe, Txicão, além de outros.

FBC construiu campos de pouso para aviões, em diversas povoações goianas, e nelas instalou postos de rádio-telegrafia e estabelecimentos comerciais e industriais.

No ponto final desta linha de penetração, a FBC implantou uma cidade: Aragarças! Dotada de infra-estruturas e serviços urbanos básicos, além de outras comodidades da vida moderna, Aragarças deveria desempenhar múltiplas funções: servir de base de operações para as atividades da FBC, na rota de penetração até a bacia do rio Xingu e, daí, até o rio Tapajós; servir de centro de atração de povoadores e de apoio a correntes migratórias em direção a áreas recém devassadas; servir de modelo de cidade, inclusive no que concerne à adoção de um plano diretor e do correspondente projeto urbanístico; servir de ponto de apoio para as atividades da Força Aérea Brasileira (FAB) e do Correio Aéreo Nacional (CAN); etc.

E, seguindo o rastro da Expedição Roncador-Xingu, a FBC implantou, no vale mato-grossense do Araguaia, à margem do Rio das Mortes, uma outra cidade: Xavantina (atual Nova Xavantina). Embora mais modestamente que Aragarças, Xavantina também foi dotada de infra-estruturas e serviços urbanos básicos. Às margens da rodovia que construiu entre uma cidade e outra, numa área próxima à Serra do Roncador (trecho em que é denominada Serra Azul), a FBC implantou um projeto de colonização agrícola, dotado de um núcleo urbano de apoio, origem da atual cidade de Vale dos Sonhos. E a FBC proporcionou condições, mediante variados expedientes, para o rápido desenvolvimento da povoação de garimpeiros então existente na margem esquerda do Araguaia (em frente ao ponto onde se implantou Aragarças), origem da atual cidade de Barra do Garças. Ao longo do tempo aqui em causa, a FBC foi estendendo suas atividades, de um lado, pelo vale mato-grossense do Araguaia, principalmente em direção norte; de outro, em demanda à região do Alto Xingu.

No primeiro sentido, alcançou a zona da atual cidade de São Félix do Araguaia, incluindo-se aí o trecho da Ilha do Bananal onde se acha hoje a aldeia indígena Carajá de Santa Isabel. Neste local, a FBC instalou, no início dos anos de 1960, um sofisticado centro de atividades (atualmente em ruínas, dada a transformação da ilha em parque indígena). Na direção do rio Xingu, alcançou o posto avançado de Garapu (hoje, cidade do mesmo nome), onde iniciou a implantação de um projeto de colonização similar ao de Vale dos Sonhos. Nos dois sentidos, a FBC abriu estradas de rodagem, ao longo das quais, com o correr do tempo, diversos aglomerados urbanos foram surgindo.

O vale mato-grossense do Araguaia era habitado, na época da criação da FBC, por três importantes grupos indígenas: o Bororo, a montante do local onde se implantou Aragarças; o Xavante, numa área que abrange o Rio das Mortes e a Serra do Roncador; o Carajá, na Ilha do Bananal e adjacências. Destes povos, o mais temido era o Xavante. Este

grupo, até então arredio ao contacto com brancos, vinha defendendo seus domínios desde meados do século XVIII. (HECKENBERGER, 2001:81) Pelos planos da FBC, a primeira área a ser colonizada seria justamente a que se constituía em seu *habitat*. Mas, apesar da fama que haviam adquirido, estes índios não ofereceram resistência à penetração das equipes da FBC. Já em 1944, a base de Xavantina achava-se instalada e iniciava-se a implantação da colônia de Vale dos Sonhos.

2. Atração de imigrantes: povoamento com base em “núcleos de civilização”

João Alberto deixaria o cargo de ministro da Coordenação Econômica em fins de 1944, passando a ocupar-se, de modo mais efetivo, de suas funções à frente da FBC, entre elas, a de promover a atração de levas de imigrantes nacionais para a zona de atuação da FBC, principalmente no vale do Araguaia. Tanto a imprensa oficial, como os veículos privados de comunicação deram ampla cobertura à campanha. Em certa ocasião, o ex-ministro concedeu entrevista à imprensa, acerca das atribuições da FBC e dos modos como estas seriam executadas. Veja-se um trecho da matéria publicada:

Indagado sobre o principal objetivo da Fundação, se era desbravar, explorar, catequizar ou colonizar, o ministro João Alberto respondeu: _ Desbravar, primeiramente, os territórios desconhecidos e, em seguida, promover a colonização da região. Entenda-se por povoar a formação de núcleos coloniais em condições econômicas compatíveis com a civilização moderna. Nossa principal preocupação nesse setor é estimular a formação desses núcleos....⁴

Artur Hehl Neiva era, nessa época, Secretário-Geral da FBC. Ele era então considerado um dos principais teóricos, no Brasil, sobre a questão da imigração estrangeira. No concernente à atuação da FBC neste assunto, sua posição era a seguinte:

Doutrinariamente, o problema é um só: fixar o homem ao solo. Para consegui-lo é preciso trazê-lo ao local a ser colonizado; isto é a tarefa da imigração, seja de elementos estrangeiros que certamente se desenvolverá depois da guerra, seja de elementos nacionais vindos de outros estados... Antigamente as colônias não tinham como objetivo a fixação do homem ao solo, porém a exploração pura e simples, dos recursos de uma região. [...] A Fundação acrescentou... mais um fator, que foi o da criação de núcleos de civilização esparsos no interior remoto do país, de modo a assegurar uma integração de atividades rurais e urbanas.⁵

⁴ Boletim Geográfico, junho/1945:1869.

⁵ Folha Carioca, 27/11/1944.

João Alberto empenhou-se na tarefa de atrair povoadores para a área em que atuou a FBC, no sudoeste de Goiás e leste de Mato Grosso. Uma das campanhas que levou a efeito, neste sentido, era dirigida aos jovens brasileiros recrutados para atuar na guerra na Europa, os chamados “pracinhas”. Em certa ocasião, escreveu ao periódico *Correio da Manhã*:

*O problema do aproveitamento das energias moças de nossos combatentes parece-nos oportuno... A Fundação... está pronta a encaminhar para o coração geográfico do Brasil, esses nossos compatriotas, oferecendo-lhes condições de habitação, de trabalho, de orientação técnica... que lhes assegurem... além da propriedade da terra, a subsistência e a educação da prole.”*⁶

E João Alberto interessava-se em levar, para aquelas regiões remotas e agrestes, contingentes humanos ainda mais jovens; isto é, crianças cujas famílias tivessem dificuldade em lhes proporcionar os necessários cuidados. Vejam-se trechos de uma matéria publicada em periódico oficial:

*Na sede da Legião Brasileira de Assistência o Sr. Ministro João Alberto entendeu-se com seus membros... com o propósito de encaminhar as crianças brasileiras para a Barra do Garças. [...] Assim, a partir de abril do próximo ano, a Fundação estará em condições de receber uma média de cem crianças por mês, até novembro do mesmo ano. A idade para as inscrições... será desde os seis até os quinze anos. [...] O Sr. Ministro... já se entendeu a propósito, com a Sra. Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que dirigirá a parte referente ao encaminhamento das crianças... A Fundação não faz questão que os responsáveis desistam do direito de paternidade; mas esclarece que, devido à distância e as dificuldades de transporte as crianças deverão permanecer na região durante todo o período de aprendizagem...”*⁷

Este projeto conjunto da FBC e LBA, de se usar crianças para povoar uma região longínqua e pouco conhecida, como era a do Araguaia, não vingaria. No entanto, as autoridades da época perseverariam na idéia e, já em 1951, funcionava no município de Uberlândia, em uma fazenda de propriedade da FBC, uma instituição para crianças e jovens originários de outras regiões brasileiras, a Associação Brasileira de Ajuda ao Menor (ABAM).⁸

⁶ *Correio da Manhã*, 29/06/1945.

⁷ *Boletim Geográfico*, março/1945, p. 1380-1381.

⁸ Em 1953 (quando abrigava cerca de 300 jovens), a FBC doou-lhe a fazenda que vinha ocupando no município de Uberlândia, chamada Rio das Pedras. Até 1959, a FBC proporcionou-lhe auxílio financeiro, além de outros.

Durante o segundo governo Vargas (1951-1954), dirigiu o Instituto de Colonização Nacional (INC) o coronel Frederico Augusto Rondon, então também membro do Conselho Deliberativo da FBC. Nesta fase, essas instituições atuaram em estreita colaboração, com vistas à ocupação de terras em Mato grosso, observando-se a seguinte orientação: “desenvolver e nacionalizar, pelo povoamento... [mediante] atração de correntes espontâneas de trabalhadores de outros Estados...”⁹

A partir desta época, as atividades da FBC foram-se retraindo, paulatinamente, até sua extinção, em 1968, quando foi substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Região Centro-Oeste (SUDECO). Nesta ocasião, entre as várias iniciativas de colonização dirigida, encetadas pela FBC – Vale dos Sonhos, Garapu, Pindaíba e São Félix do Araguaia -, apenas o projeto de Vale dos Sonhos sobrevivia, este, com um saldo de 86 lotes ocupados por famílias de agricultores, 77 delas já portadoras de títulos definitivos de propriedade.¹⁰

À guisa de conclusão: Ocupação desordenada de terras e conflito agrário

A partir de 1950, aceleraram-se os processos (espontâneos) de povoamento e ocupação de terras na região do médio Araguaia, sobretudo em áreas dotadas de algumas infra-estruturas de transportes e/ou urbanas. A ocupação deu-se por duas vias: de uma parte, por levas de agricultores pobres, vindos de diversas regiões brasileiras; de outro, por fazendeiros estabelecidos em terras recém-adquiridas. Os primeiros ocupavam glebas na condição de posseiros. Os segundos, em geral, possuíam títulos de propriedade (ainda que precários) das terras que exploravam. Um terceiro grupo atuava na região, formado por proprietários absenteístas de terras; estas, geralmente adquiridas por meios ilícitos. Com frequência, os títulos de propriedade em mãos destes últimos referiam-se a terras já ocupadas, seja por posseiros, por fazendeiros, ou pela população silvícola original.¹¹

Desse modo, ao iniciar-se a década de 1960, o conflito por terras no Médio Araguaia eclodia em toda parte. Mencionarei aqui, a título de exemplo, dois casos, entre os mais rumorosos da época. Um deles ocorreu na localidade de Pindaíba, entre Barra do Garças e Xavantina. Ali, um conflito que se instalara há anos, entre posseiros e proprietários

⁹ Ofício no. 10, de 10/05/1951, do presidente do ICN ao presidente da República. Documento integrante do acervo da FBC no Arquivo Nacional.

¹⁰ Informações contidas em Relatório assinado por Francisco Neves Brasileiro, datado de 03/05/1968, apresentado à SUDECO. Este documento faz parte do acervo da FBC, em referência.

¹¹ Atualmente, remanescentes dos grupos Bororo e Xavante habitam as reservas indígenas de São Marcos, Sangradouro, Campinópolis e Xavantina; os Carajá, entre outros, habitam a Ilha do Bananal.

absenteístas - estes, mediante ação de capangas -, culminou com um episódio ocorrido em meados de 1963, quando a polícia de Mato Grosso praticou atos de extrema violência contra os agricultores ali estabelecidos. Na ocasião, a FBC e a Superintendência da Política Agrária (SUPRA) foram chamadas a intervir, no sentido de se restabelecer a ordem naquela área.

Outro caso rumoroso ocorreu em 1961, quando centenas de índios do grupo Xavante, em razão de conflitos tribais, abrigaram-se em Xavantina, causando transtorno à população local. Na ocasião, as tentativas do SPI em dar solução ao problema esbarraram com uma insólita situação: as terras indígenas para onde seria transferido o grupo abrigado em Xavantina achavam-se ocupadas por propriedades, algumas delas tituladas em nome de um ex-presidente da FBC¹² e de membros de sua família.

A partir de 1968, quando se instituiu a SUDECO, novas políticas de atuação do Estado sobre o território brasileiro foram postas em prática, algumas com vistas à modernização agrícola da região Centro-Oeste. Na época, o vale do Médio Araguaia passou a constituir-se em objeto de grandes investimentos empresariais, em agricultura e em pecuária, empreendimentos beneficiados com variados incentivos governamentais. Ali, os conflitos por terra continuaram, agora em novos termos, sob as vistas atentas do regime ditatorial militar.

Bibliografia

HECKENBERGER, Michael; FRANCHETO, Bruna. (Org.) **Os povos do Alto Xingu: história e cultura**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2001.

PETITJEAN, Patrick; DOMINGUES, Heloisa. *A redescoberta da Amazônia num projeto da Unesco: o Instituto Internacional da Hiléia Amazônica*. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 14, no. 26, 2000, p. 265-292.

REIS, Athur Cezar. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Record, 1968.

VARJÃO, Valdon. **Aragarças: portal da Marcha para o Oeste**. Brasília: Senado Federal, 1989.

VILLAS BOAS, Orlando; VILLAS BOAS, Claudio. **A Marcha para o Oeste: a epopéia da Expedição Roncador-Xingu**. São Paulo: Globo, 1994.

¹² Archimedes Pereira Lima, presidente da FBC durante o segundo governo Vargas (1951-1954).